


# AS ORAÇÕES RELATIVAS DA LÍNGUA PORTUGUESA: UM ESTUDO DESCRITIVO DIACRÔNICO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0531225120211>

*Data de aceite: 05/02/2025*

**Edivalda Araujo**

Professora Associada de Língua Portuguesa da UFBA

**RESUMO:** Este texto tem como objetivo apresentar uma investigação acerca das orações relativas na língua portuguesa, analisando os tipos de construções, os pronomes relativos e respectiva função sintática, e também as estratégias de relativização. Essa análise estabelece como material de estudo textos produzidos nos séculos XVII e XVIII, abrangendo três períodos – 1650 a 1656, 1700 a 1710 e 1744 a 1750. Dentre os critérios estabelecidos para a seleção do material de análise, estão: documento oficial e diversidade de autores de modo a alcançar mais produções escritas diferentes do mesmo período. Esta pesquisa tomou como ponto de partida alguns trabalhos realizados sobre as orações relativas na história da língua portuguesa, como Tarallo (1985, 1996), Brito (1988), Lucchesi (1990), Ribeiro (2009) e Mattos e Silva (2015). Os dados apontam para a realização de pronomes relativos em todas as funções sintáticas (e as predominâncias), inclusive

com movimento da preposição, havendo poucas diferenças entre os períodos. Em relação às estratégias de relativização, foram encontradas duas construções semelhantes às definidas por Tarallo (1985, 1996) com produção frequente no português brasileiro: uma relativa cortadora e uma copiadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diacronia; Sintaxe; Oração relativa; Língua Portuguesa.

## RELATIVE CLAUSES IN THE PORTUGUESE LANGUAGE: A DESCRIPTIVE DIACHRONIC STUDY

**ABSTRACT:** The aim of this text is to present an investigation about the relative clauses in Portuguese Language, analyzing the types of constructions, the relative pronouns found and respective syntactic function, besides the relativization strategies. This analysis establishes as material to study the produced texts on the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, comprising three periods – 1650 to 1656, 1700 to 1710 and 1744 to 1750. Among the established criteria to the material of the analysis selection, are official documents and author diversity to cover more different written production from the same period. This research takes as a starting point

some studies realized about the relative clauses in the history of Portuguese Language, such as Tarallo (1985, 1996), Brito (1988), Lucchesi (1990), Ribeiro (2009) e Mattos e Silva (2015). The data show the occurrence of relative pronouns in all syntactic functions (and its predominance), including preposition movement, with little difference among the periods. Concerning the relativization strategies, it's striking to point out that two constructions similar to those defined by Tarallo (1985, 1996) and that characterize Brazilian Portuguese were found: one chopping and one copying relatives.

**KEYWORDS:** Diachrony; Syntax; Relative clause; Portuguese language.

## INTRODUÇÃO

As orações relativas, inseridas em uma das classificações das orações subordinadas (ou encaixadas, sob a perspectiva da gerativa), têm suscitado vários debates ou estudos, dentre outros motivos, por apresentarem características que as aproximam de orações interrogativas\_Q<sup>1</sup>, em função do movimento do pronome relativo, ao tempo em que portam um comportamento sintático subordinado a um nome (N), com o qual estabelece um vínculo morfossintático e semântico.

Em relação à língua portuguesa, existem muitas pesquisas que se destacam por revelarem que essas orações passaram por mudanças ao longo da história e também exibem diferenças sintáticas a depender da variedade em que ocorrem, conforme dados de Portugal e do Brasil. É o que se encontra nos estudos desenvolvidos por Brito (1988), Lucchesi (1990), Tarallo (1985, 1996), Braga, Kato e Miotto (2009), Ribeiro (2009), Mattos e Silva (2015), entre outros.

Tendo esses estudos como perspectiva, este trabalho coloca como objetivo fazer uma análise descritiva das orações relativas, envolvendo as suas características, os seus tipos, a função sintática do pronome relativo que as introduz e as estratégias de relativização numa retrospectiva diacrônica, delimitada em dois períodos da história da língua, centrada em três momentos: segunda metade do século XVII (português clássico) e primeira e segunda metade do século XVIII (português moderno).

A definição desses períodos ancora-se no fato histórico de que são nesses séculos em que se consolidam as relações entre a colônia brasileira e a coroa portuguesa, considerando-se que, efetivamente, a colonização portuguesa começa a partir de 1549, com a chegada do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. Essas relações intensificam-se entre os séculos XVII e XVIII em função do desenvolvimento e fortalecimento das atividades econômicas. (FAUSTO, 2006).

Devido às questões políticas e econômicas, houve aumento do movimento de migração de portugueses para a colônia e também abundante produção linguística para registrar as relações administrativas e comerciais – os documentos oficiais – principalmente a partir do século XVII. Levanta-se a hipótese, então, de que, nos textos escritos dos

---

1. Designação usada por Braga, Kato e Miotto (2009).

séculos XVII e XVIII, podem ser encontrados registros de construções de orações relativas semelhantes às produzidas no português brasileiro, tomando como base as estratégias de relativização propostas por Tarallo (1985, 1996). Fundamenta-se essa hipótese em dois fatos: 1°. a hipótese de Castilho (2003) de que o português brasileiro apresenta construções da língua quatrocentista (século XV) e, aqui, supõe-se que algumas construções podem ter se mantido por mais tempo na língua além do século XV, chegando a séculos posteriores (XVII, XVIII) e à atualidade; 2°. a proposta de Inês Duarte (2011), que defende que as estratégias de relativização presentes no português brasileiro não são exclusivas dessa variedade, mas podem ser encontradas no português europeu em dados de pessoas não escolarizadas (crianças, por exemplo). Partindo desses posicionamentos, acredita-se, então, que as estratégias descritas por Tarallo (1985, 1996) talvez sejam características da língua portuguesa e façam parte de períodos anteriores da língua. Justifica-se daí o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Para esse alcance, estabelece-se como objetivos: fazer o levantamento das orações relativas com antecedente expresso; identificar as ocorrências dos pronomes relativos; verificar a frequência das funções sintáticas desses pronomes sob a perspectiva da hierarquia de Comrie e Keenan (1979); analisar as estratégias de relativização presentes nos períodos em análise e se há relação com as existentes no português brasileiro.

A escolha do período de coleta de dados se justifica em função da pouca produtividade na descrição da língua portuguesa nesse período. Muitos trabalhos feitos no século XIX descortinaram o início das diferenças gramaticais entre a vertente europeia e a brasileira. Necessário se faz retroceder um pouco no tempo para investigar se algumas construções já estavam presentes em séculos anteriores. Tal fato, se houver comprovação, pode indicar que, além das características inovadoras inseridas pelo português brasileiro, a origem de algumas construções das orações relativas estaria no português antigo ou médio. Desse modo, partindo-se do pressuposto de que essas construções vieram de séculos anteriores, o rastreamento nos séculos XVII e XVIII poderá contribuir para confirmar ou infirmar essa suposição. Essa pesquisa poderá ampliar as discussões em torno da sintaxe do português e sua diacronia e o desdobramento em períodos anteriores, ou mantendo o que já está posto nas pesquisas ou inovando com a descoberta de algum fato gramatical.

Para atender os objetivos propostos, o presente texto com a seguinte estrutura: na segunda seção, apresenta-se a metodologia, com os procedimentos e descrição do material de análise; na terceira seção, discutem-se os tipos de oração relativa, as relações dos pronomes relativos na língua e as estratégias de relativização; na quarta seção, faz-se a análise dos dados nos três períodos, abordando-se os tipos de pronomes relativos encontrados e respectivas funções sintáticas, e também as estratégias de relativização; na quinta e última seção, colocam-se as considerações finais.

## METODOLOGIA

A pesquisa aqui desenvolvida pode ser considerada descritiva porque busca-se coletar dados das orações relativas para serem analisados com descrição de suas características. Para o seu desenvolvimento, segue-se o método de abordagem dedutivo, partindo-se de uma premissa geral – as construções do português brasileiro iniciam-se no português de épocas passadas – para se chegar a um provável resultado que comprove tal premissa. Quanto ao método de procedimento, está sendo usado o método histórico, porque está-se realizando uma investigação em textos de séculos passados, procurando-se por dados que possam ter desencadeado as construções do português brasileiro.

A seleção dos textos aqui analisados atendeu os seguintes critérios pré-estabelecidos: 1º o gênero textual (correspondências oficiais); 2º os escritores deveriam ser da administração pública; 3º mesmo autor, mas mês diferenciado – pelo menos três documentos de cada (se houvesse); 4º diversidade de autor (com a pretensão de alcançar abrangência na produção linguística da época); 5º documentos com autor definido; 6º documentos datados; e 7º tamanho do texto: a partir de 10 linhas.

Visando abranger uma extensão ampla de tempo, foram estabelecidos os seguintes períodos: o primeiro: 1650 a 1656; o segundo: 1700 a 1710; e o terceiro: 1744 a 1750. Considerando a periodização da língua proposta por Galves e Paixão de Sousa (2017), os textos pertencem ao período do português clássico<sup>2</sup> (séc. XVII) e moderno (séc. XVIII). Diferente da proposta das autoras, entretanto, a identificação do período dos textos aqui parte de sua data de produção, e não da data de nascimento dos autores, até porque não foi possível fazer esse rastreamento.

O levantamento da documentação ocorreu na Casa dos Contos, em Ouro Preto, nos seguintes livros:

- *Correspondência dos Governadores Geraes*: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto, do período de 1648 a 1661, volume III da série e I dos Documentos da Bibliotheca Nacional, publicados em 1928;
- *Documentos da Provedoria da Fazenda Real de Santos* no período de 1689 a 1744, pertencentes à Collecção N. 445, volume I, do Archivo Nacional, e publicados em 1928.
- *Documentos da Provedoria da Fazenda de Santos*, que incluem leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reais; e o Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real, relacionado ao período de 1744 a 1788, pertencente à Collecção N. 445, volume II, do Archivo Nacional, e publicados em 1928.

A distribuição dos autores por período e a data dos documentos analisados encontram-se nos quadros a seguir:

---

2. Encontram-se outras propostas de classificação em Mattos e Silva (2015).

<b>Autores</b>	<b>Data dos documentos analisados</b>
Conde de Castel Melhor (João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa) (JRVS)	26/3/1650; 30/4/1650; 9/6/1650; 6/8/1650; 21/4/1651; 5/1/1652; 21/6/1652
Conde de Atouguia (Jerônimo de Ataíde) (JA)	28/2/1654; 25/4/1654; 30/5/1654; 11/8/1654; 14/9/1654; 1/10/1654; 15/11/1654
Bernardo Vieira Ravasco (BVR)	6/12/1654; 12/3/1655; 30/11/1655; 11/7/1656

Quadro 1: Relação dos autores e documentos do 1º período: 1650 a 1656

Fonte: Quadro elaborado pela autora do texto.

<b>Autores</b>	<b>Data dos documentos analisados</b>
Mathias Miranda de Oliveira (MMO)	11/9/1700
El-Rey (Pedro II de Portugal) (P.II)	22/2/1703; 10/1/1704; 12/6/1706; 3/7/1706
Francisco Lamberto (FL)	11/6/1704
Rey (João V de Portugal) (J.V)	21/2/1707; 6/2/1709; 17/9/1709; 6/11/1710
Theodoro de Castro Moraes (TCM)	12/7/1710
Manoel Pegado (MP)	31/7/1710

Quadro 2: Relação dos autores e documentos do 1º período: 1700 a 1710

Fonte: quadro elaborado pela autora do texto.

<b>Autores</b>	<b>Data dos documentos analisados</b>
Antonio de Cobellos Pereira (ACP)	19/4/1744
Caetano Ricardo da Silva (CRS)	24/9/1744; 28/8/1745; 13/10/1747
Theodoro de Abreu Bernardes (TAB)	26/9/1744; 23/11/1744; 26/4/1745; 1/4/1746; 15/7/1748
Luiz Manuel (LM)	4/9/1745
Theodosio de Cobellos Pereira (TCP)	13/4/1746; 5/5/1746
Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes (PAB)	14/4/1747
Gomes Freyre de Andrada (GFA)	10/1/1749

Quadro 3: Relação dos autores e documentos do 3º período: 1744 a 1749

Fonte: quadro elaborado pela autora do texto.

Ao todo, foram 16 autores, sendo três no primeiro período, seis no segundo e sete no terceiro. Em relação à procedência, dois do primeiro período são portugueses e passaram um tempo no Brasil enquanto exerciam a administração; o terceiro, Bernardo Vieira Ravasco, nasceu no Brasil, mas toda a sua família era de origem portuguesa. Quanto aos autores do segundo período, alguns moravam no Brasil, como Manoel Pegado, que se estabeleceu em São Paulo, e outros residiam em Lisboa, a exemplo dos reis (D. Pedro II, de Portugal, e D. João V). Os autores do terceiro período moravam em Portugal, com exceção de Gomes Freyre de Andrada, que residia no Rio de Janeiro. Desses autores, foram selecionadas 45 cartas – 18 no primeiro período, 12 no segundo e 15 no terceiro –, seguindo os critérios já dispostos no início da seção.

No texto, após cada exemplo, será usada a notação com as seguintes indicações: localização do documento: D.v2 – Documento do volume 2; indicação da página: p.4; a data: 19/4/1744; a abreviação das iniciais de cada autor: ACP – Antonio de Cobellos Pereira.

Exemplo: (D.v2\_p.4\_19/4/1744\_ACP)

Para a análise, foi feita leitura manual dos textos, com posterior seleção das orações relativas, identificação e consequente classificação da função sintática dos pronomes relativos que foram encontrados.

Nas seções subsequentes, será apresentada uma discussão sobre as orações relativas, seguida de análise do material. Toda a exemplificação será dos textos analisados, por isso optou-se por colocar a Metodologia no início.

## CARACTERIZAÇÃO DAS ORAÇÕES RELATIVAS E RESPECTIVOS PRONOMES

Muito se discute na literatura linguística sobre as orações relativas. Não se pretende, contudo, apresentar neste trabalho uma compilação de todas as propostas acerca desse assunto por questão de espaço e também por ser uma tarefa quase impossível. Não se pode, entretanto, esquivar-se de citar algumas considerações em torno das orações relativas.

Chomsky (1977), analisando os movimentos dos constituintes\_Q dentro da sintaxe, considera a relativa como uma oração aberta, cuja lacuna será preenchida por um elemento que é referido pelo sintagma nominal no qual ela aparece; desse modo, “deve haver um sintagma nominal (NP) na relativa que é interpretado como não tendo referência independente, isto é, um pronome com as flexões apropriadas ao qual pode ser dada a interpretação ‘anafórica’”<sup>3</sup> em conexão com o nome anterior. (CHOMSKY, 1977, p. 81)

Braga, Kato e Mioto (2009, p. 242) consideram que “uma relativa é uma sentença encaixada que se caracteriza por partilhar com a sentença matriz um constituinte, que é o constituinte relativizado”.

A oração relativa, nesses termos, é uma oração encaixada (ou subordinada) que ocorre interna a um sintagma nominal (SN), encabeçada por um pronome relativo, cuja referência é um nome antecedente dentro desse SN<sup>4</sup>, conforme exemplo em (1):

(1) “mas eu lhes ficarei agradecendo **todo o cuidado** que nisto se puzer.”  
(D.v3\_p.206\_7/4/1654\_JA)

Observa-se, no exemplo, um sintagma nominal com uma oração relativa interna a ele: [<sub>SN</sub> todo o cuidado que nisto se puzer]. Esse sintagma está inserido em uma oração: [*mas eu lhes ficarei agradecendo* [<sub>SN</sub> ]]; daí a classificação da oração relativa como encaixada (na perspectiva da gerativa) ou subordinada (na perspectiva da gramática tradicional).

3. “hence there must be an NP in the relative that is interpreted as having no independent reference – i.e., a pronoun with the appropriate inflections that can be given the “anaphoric” interpretation.” (CHOMSKY, 1977, p. 81)

4. Uma perspectiva diferente pode ser encontrada em Kayne (1994), que considera que o nome antecedente faz parte da oração relativa.

De modo geral, o sintagma nominal é o conjunto em que ocorrerá a oração relativa, e o pronome relativo se adjunge ao nome com o qual está semanticamente coindexado. É o que se encontra no exemplo em (1): o escopo para a referência é [*todo o cuidado*] – o nome e seus determinantes – ao qual o pronome relativo *que* se adjunge encabeçando a oração relativa.

## Tipos de orações relativas

Braga, Kato e Nascimento (2009) e Ribeiro (2009) consideram duas divisões mais amplas para as orações relativas: *i)* com o nome antecedente expresso – restritivas e apositivas; e *ii)* sem o antecedente expresso – as livres e semi-livres<sup>5</sup>.

Dentre as que apresentam antecedente expresso, encontram-se:

**a) Restritivas** – que funcionam como um adjunto adnominal, restringindo a amplitude da significação do N ao qual se refere; em função disso, constituem junto com o nome um bloco de significação, não podendo ocorrer separadamente:

(2) “e bem assim que se não metta alli sentinella **nos barcos** que vierem” (D.v3\_p.45\_26/3/1650\_JRVS)

Nesse exemplo, “os barcos” é um antecedente amplo, cuja significação é restringida pela oração relativa “que vierem”, impedindo uma interpretação genérica para “os barcos”: não se está falando de todos os barcos, mas apenas de “os barcos que vierem”. Essa oração, portanto, tem função sintática de adjunto adnominal de “os barcos”.

**b) Apositivas** (ou **explicativas**) – essas orações, diferente das anteriores, não restringem a significação do nome ao qual se referem, mas acrescentam informações, como um comentário ou uma observação. Funcionam, portanto, como um aposto.

De acordo com Brito e Duarte (2003, p. 671), existem condições para a existência de uma oração relativa apositiva (ou explicativa): “o antecedente dum apositiva é, por si só, semanticamente definido”. Atendem a esse requerimento os nomes próprios, os pronomes pessoais e os nomes modificados por pronomes demonstrativos ou possessivos.

(3) “com fianças seguras e abonadas na forma do Regimento, a contento do Almojarife, a quem se ha se entregar e carregar em receita o preço delles” (D.v1\_p.9\_11/9/1700\_MMO)

Nesse exemplo, a oração relativa acrescenta uma informação em relação ao “Almojarife”, sendo, portanto, um aposto em relação ao nome. Além disso, este satisfaz a condição de ser específico, semanticamente determinado para a pessoa que escreve o texto, conforme discussão realizada por Brito e Duarte (2003).

Em relação às construções sem antecedente expresso, tem-se:

**a) Relativas livres** – esse tipo de relativa, diferente das duas anteriores, não apresenta um antecedente realizado. Ribeiro (2009) afirma que essas orações também são consideradas relativas sem antecedentes. A sua referência ocorre no campo da abstração, no indefinido, conforme o exemplo a seguir:

5. Existem muitas outras classificações, além das que são apresentadas aqui. Sugerimos leitura de Kayne (2015) e De Vries (2002), entre outros, para mais informações.

(4) “e faça guardar esta ordem nessa fortaleza donde ficará a quem succeder a VM.” (D.v1\_p.45\_26/3/1650\_JVRS)

É o que se observa na oração em destaque: “a quem succeder” implica “qualquer pessoa que succeder”.

**b) Semi-livres:** Nesses casos, para Ribeiro (2009), o pronome relativo é sempre *que*, antecedido pelo pronome demonstrativo *o* (e variações morfológicas); o nome, na maioria dos casos, pode ser subentendido pelo contexto da frase, como se vê em (5):

(5) “sempre deve preferir a tudo como obrigação mais principal a que se deve attender o sustento ordinario dos soldados, e a conservação dessa praça.” (D.v3\_p.10\_5/1/1652\_JRVS)

O *a* (pronome demonstrativo) tem como referência o nome “obrigação”, que não é realizado na oração relativa, mas está subentendido pelo contexto. O pronome apresenta concordância morfológica com o nome elíptico ao qual se refere (“a” e “obrigação” – feminino singular).

Apesar de serem apresentados os tipos mais frequentes na literatura que trata do assunto, opta-se, neste trabalho, por analisar apenas as orações relativas com antecedentes expressos, como as restritivas e apositivas. Na análise, entretanto, não será feita uma descrição das características sintáticas de cada uma por entendermos irrelevantes para o que se propõe neste texto. Além disso, existe a questão referente à flutuação no emprego da pontuação, comum em textos antigos, como a sua inexistência, em (6), ou excesso de uso, em (7), o que dificulta a identificação e conseqüente diferenciação entre restritiva e apositiva:

(6) “na mesma conformidade ordenei se praticasse em Pernambuco, e no Rio A QUE ENVIEI DUAS COPIAS DA MESMA LEI” (D.v3\_p.12\_5/1/1652\_JRVS)

(7) “A camara de Pernambuco me escreve, que é grande a desconsolação, em que os moradores daquella capitania vivem na falta de sacerdotes” (D.v3\_p.12\_21/6/1652\_JRVS)

Em (6), a pontuação está ausente antes da oração relativa apositiva, e, ao contrário, em (7), uma oração relativa restritiva está separada por vírgula. Obviamente que uma leitura cuidadosa e atenta às relações semânticas entre os elementos pode indicar o tipo de oração relativa – se restritiva ou apositiva. Mas, mais uma vez, avalia-se que esse tipo de distinção não alteraria o que é predisposto neste trabalho. Desse modo, a análise será feita considerando as orações relativas com antecedentes realizados – nome ou pronome – sem distinção de tipos.



## As relações dos pronomes relativos nos níveis da língua

Conforme discutido até então, os pronomes relativos estabelecem uma conexão com um nome antecedente, que pode envolver os seguintes níveis da língua:

Nível fonético – na língua portuguesa, os pronomes relativos são foneticamente realizados<sup>6</sup>, como em (8), diferente do que ocorre no inglês, conforme exemplo em (9), em que o pronome relativo *that* pode não ser realizado (quando está fora da posição de sujeito) nas relativas restritivas:

(8) “Ihe declare, attendendo ás razões **que** allega, qual dos dous é mais antigo Capitão” (D.v2\_p.41\_5/5/1746\_TCP)

(9) I understood the ideas that you posited / I understood the ideas you posited.

- Nível morfológico – em língua portuguesa, do quadro de pronomes relativos (*que, o qual, onde, quem, quando, cujo*<sup>7</sup>), somente dois apresentam marca morfológica de gênero e número: *cujo* e *o qual*. Há, no entanto, diferenças de comportamento sintático entre os dois: o primeiro, por ser um adjunto adnominal interno à oração relativa, estabelece concordância com o nome com o qual se adjunge dentro do sintagma nominal da oração relativa, em (10); o segundo (*o qual*) estabelece concordância com o nome ao qual se refere, em (11):

(10) “que pode servir a Sua Magestade neste presidio, **cujos Terços se acham hoje atenuados**” (D.v3\_p.233\_15/11/1654\_JA)

(11) “Mandeis entregar do rendimento dos dizimos dessa Capitania **duzentos mil reis** cada anno para a obra da dita Igreja **os quaes com o que produzir das promessas dos moradores se hão de despender na forma da ordem passada**” (D.v1\_p.20-21\_12/6/1706\_EI-Rey\_P.II)

- Nível semântico – O pronome relativo mantém uma conexão semântica com o nome antecedente, visto ambos terem a mesma referência e o mesmo significado. Eles são, portanto, coindexados; e é essa conexão semântica que justifica a classificação do pronome como relativo.

Vries (2020), apesar de considerar a propriedade semântica como essencial para a oração relativa, não acredita que essa propriedade decorra da correferência, ou da coindexação, visto que esta pode ocorrer entre dois elementos sem que estejam necessariamente numa oração relativa<sup>8</sup>. Para o autor, a oração relativa se conecta com os elementos ao redor através de um constituinte pivô<sup>9</sup>, cujas propriedades semânticas, que conectam a oração relativa à oração matriz, são mais fortes do que a correferência, de tal modo que, independente da posição em que ocorra, será capturado como o antecedente. A busca, então, pelo antecedente pode transcender a linearidade e a adjacência<sup>10</sup>, conforme o exemplo em (12):

6. Excetuando-se os casos das orações relativas reduzidas (de participio, de gerúndio ou de infinitivo) conforme Rocha Lima (2011 [1957]). Por exemplo: “Hospedaram-se em minha casa uns parentes / *chegados ontem do interior*” (p. 339)

7. Rocha Lima (2011 [1957]) acrescenta *quanto* e *como* nessa relação, mas os exemplos são de relativa livre.

8. Exemplo de Vries (2020, p. 14): “I saw Johni. Hei looked sad.”

9. “a relative clause is connected to surrounding material by a pivot constituent” (VRIES, 2020, p. 14)

10. Cardoso (2009) trata desse assunto como extraposição de relativas, mostrando as diferenças entre o português

(12) “Quanto á carta se serviu resolver que se não entendia a permissão que se havia dado para virem **as farinhas**, senão na forma do bando, que era segurando-se sempre primeiro as de presente, e de futuro, **que esse povo deve ir dando daquelle numero que a cada um tocar**” (D.v.3\_p.351\_11/7/1656\_BVR)

Pela leitura linear do trecho em (12), poderíamos entender que a oração relativa grifada estaria se referindo a “futuro”. No entanto, a interpretação do contexto não autoriza essa relação. Ao contrário, a referência do pronome relativo *que* encontra-se em “as farinhas” – o pivô, nos termos de Vries (2020) –, identificada pela análise do contexto mais amplo.

Embora as orações relativas se caracterizem pela adjacência com o nome antecedente<sup>11</sup> e, conseqüentemente, pela linearidade, as conexões de significado vão além, conforme reflexão feita por Chomsky (2017) para as relações semânticas de modo geral:

A dependência estrutural ocorre em todas as construções relevantes em todas as línguas. Essa propriedade universal seria paradoxal se a ordem linear estivesse disponível no sistema computacional gerativo, visto que a distância linear é mais facilmente computada do que a distância estrutural. A única conclusão possível é que a ordem linear não está simplesmente disponível para a geração das propriedades do núcleo semântico no sistema conceitual-intencional.<sup>12</sup> (CHOMSKY, 2017, p. 201)

Para o autor, as relações entre o sistema conceitual-intencional (a parte da semântica) e o sistema sensório-motor (a parte da realização – a fonética) são completamente assimétricas. O sistema computacional permite a geração de um número infinito de expressões estruturais no sistema conceitual-intencional de forma não linear, mas, para a externalização, precisa se ajustar ao sistema sensório-motor e daí é introduzida a ordem linear, requerida por esse sistema, mas irrelevante àquele. Chomsky (2017) defende, então, que, independente do tipo de língua em relação à ordem (se VO ou OV), as relações semânticas são idênticas em todas elas: não são lineares e ultrapassam as relações estruturais e, conseqüentemente, não conseguem ser explicadas apenas em bases sintáticas. É o que podemos observar no exemplo em (12).

- Nível sintático – nesse nível, o pronome relativo ocupa a posição que seria requerida a um sintagma nominal e, conseqüentemente, recebe uma função sintática na oração da qual faz parte. Não existe nenhuma relação sintática entre o pronome relativo e o nome que lhe serve como antecedente. É a oração relativa, no todo, que ocupa uma posição sintática, podendo ser um adjunto adnominal ou um aposto, conforme já explicitado. Desse modo, seguindo os estudos na área, podemos afirmar que o pronome relativo se relaciona com o antecedente nominal semanticamente e morfologicamente, mas não sintaticamente. Vejamos uma amostra na análise do exemplo em (13):

---

antigo e o português europeu contemporâneo.

11. Na verdade, essa regra se aplica às orações relativas apositivas, e não às restritivas. Mas é possível encontrar relativas restritivas em que o pronome relativo não se encontra imediatamente adjacente ao nome ao qual se refere, como é o caso do exemplo em (2).

12. “Structure-dependence holds for all relevant constructions in all languages. That universal property would be paradoxical if linear order were available to GEN, since linear distance is far more easily computed than structural distance. The only plausible conclusion is that linear order is simply not available to generation of the core semantic properties at Cl.” (CHOMSKY, 2017, p. 201).

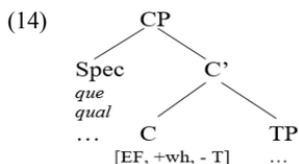
(13) “depois que se lhe tiraram **os emolumentos**, em lugar **dos quaes** se substituiu o dito accrescentamento” (D.v2\_p.66\_13/10/1747\_CRS)

O pronome relativo “os quaes” está coindexado semanticamente e morfologicamente com “os emolumentos”, mas não sintaticamente: “os quaes” recebe a sua função sintática de adjunto adnominal na oração relativa em que se encontra, enquanto “os emolumentos”, o nome antecedente, que não faz parte da oração relativa, recebe a função sintática de objeto direto na oração matriz.

## A posição do pronome relativo

Seguindo a perspectiva da teoria gerativa, Radford (2006) assume que as orações relativas contêm um pronome relativo, um elemento *wh-*, que sofre movimento para a margem esquerda da oração, de modo a ficar adjacente ao nome ao qual se refere, posicionando-se no especificador do núcleo C<sup>13</sup>, na camada do CP<sup>14</sup>.

De acordo com o autor, as orações relativas se assemelham às orações exclamativas porque ambas apresentam movimento *wh-* e são um CP contendo um núcleo C que porta um traço de borda (*edge feature* – EF), mas nenhum traço de tempo. Radford (2006) considera que a evidência de que o C da oração relativa não porta traço de tempo vem da língua inglesa, que, nesse tipo de construção, não faz a típica inversão do verbo quando C contém esse traço. Sob essa perspectiva, a oração relativa teria a seguinte estrutura:



O pronome relativo, porque porta o EF, é movido de dentro de TP<sup>15</sup> para o especificador (Spec), CP, de onde faz a verificação de traços com o núcleo C. Este núcleo fica vazio por não ser marcado para tempo e, conseqüentemente, não recebe um verbo para fazer essa verificação de traços.

A seqüência a seguir, para a oração *que você comprou*<sup>16</sup>, por exemplo, demonstra os passos da derivação:

1º. inserção (*merge*) do EF em C e, conseqüentemente, o TP passa a ser o complemento de C. É importante observar que, nessa situação, C, apesar de ter o traço EF e o traço *+wh-*, não é marcado para o traço de tempo (-T):

(15) a. [C Ø<sub>EF, wh-, -T</sub>] [TP você [T comprou] [VP [V comprar [DP **que**]]]

2º. para checar o EF, o pronome relativo sofre o movimento para o Spec de CP:

(16) b. [CP<sub>spec</sub> **que** [C Ø<sub>EF, wh-, -T</sub>] [TP você [T comprou] [VP [V comprar [DP **que**]]]

13. C = complementizador

14. CP = *Complementizer Phrase*. Sintagma complementizador.

15. TP = *Tense Phrase*. Sintagma de tempo.

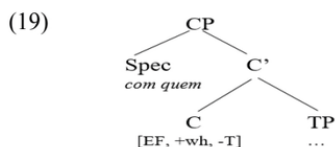
16. Considerando-se uma provável construção: *Levaram o livro que você comprou.*

É necessário salientar que esse movimento se efetiva a partir de qualquer posição interna da oração e se o sintagma nominal (o *wh*-/*qu*-) estiver preposicionado, a depender da língua, pode ocorrer o *pied-piping*, ou seja, o carregamento da preposição junto com o sintagma para satisfazer a Condição de Encalhe (*Stranding Condition*<sup>17</sup>) – uma condição que impede o abandono da preposição em algumas línguas, conforme exemplo em (17), analisado em (18) :

(17) a pessoa com quem você conversou

(18) [CP **com quem** [C  $\emptyset$ <sub>EF, wh-, -T</sub>] [TP você [T conversou] [VP [V conversar [PP com quem]]]]]

Evidente na estrutura em (19):



O movimento (ou não) do pronome relativo está relacionado às estratégias de relativização presentes em uma língua, conforme o observa Tarallo (1985, 1996).

## Estratégias de relativização

Os estudos de Tarallo (1985, 1996) sobre as construções relativas na diacronia do português, envolvendo quatro períodos, com espaçamento de 50 anos entre eles: 1725 (Tempo I), 1770 (Tempo II), 1825 (Tempo III) e 1880 (Tempo IV), revelaram a existência de três possibilidades de estratégia de relativização: relativa com lacuna (ou com movimento), a copiadora e a cortadora.

O primeiro tipo, por apresentar uma lacuna na relativa na posição original do sintagma movido, foi denominado pelo autor de *relativa com lacuna – a relativa padrão*. Ocorre somente em posições de sujeito e de objeto direto ou com sintagmas preposicionados: *os alunos preferem as aulas que terminam cedo / As pessoas com quem trabalho me ajudam*.

A relativa copiadora – o segundo tipo – não apresenta movimento e nem lacuna; ao contrário, a posição da lacuna é preenchida por uma forma pronominal co-referente com o sintagma nominal antecedente da relativa e pode ocorrer em todas as funções sintáticas, daí vem a sua denominação como copiadora: *o aluno que o professor falou com ele saiu mais cedo*. Além disso, de acordo com Tarallo (1985), o *que* não funciona como um pronome relativo, mas como um complementador.

17. "The answer suggested by Chomsky (1995, p.264) is that in formal styles of English, there is a **Stranding Constraint** which 'bars preposition stranding'. This constraint means that (in formal styles) the interrogative pronoun *whom* cannot be preposed on its own, since this would leave the preposition *to* stranded and thus lead to violation of the Stranding Constraint." (RADFORD, 2006, p.129)

O terceiro tipo – a relativa cortadora – ocorre quando o sintagma nominal precedido por uma preposição, nas seguintes funções sintáticas: objeto indireto, complemento oblíquo e genitivo, é apagado na oração relativa: *é uma pessoa que a gente conversa muito*. Observa-se aí que tanto a preposição governante (com) quanto o pronome relativo (quem) estão ausentes (com quem a gente conversa muito). Tarallo (1985) considera que esse tipo de estratégia ganhou força no português brasileiro, conforme dados apresentados por ele na tabela a seguir.

PRO-DROP RULES IN PORTUGUESE

371

Table 6: Frequency of use of 3 relativization strategies across times periods

	I	II	III	IV
PDP	99(89.2%)	89(88.1%)	73(91.3%)	63(35.4%)
RP	11(9.9%)	8(7.9%)	1(1.3%)	9(5.1%)
PP	1(0.9%)	4(4.0%)	6(7.5%)	106(59.5%)

Key: PDP = piedpiping, RP = resumptive pronoun, PP = prepositional phrase-chopping

Fonte: Tarallo (1985, p. 371)

A partir das informações constantes na tabela, algumas considerações podem ser levantadas seguindo-se a análise do autor relacionada aos períodos de 1725 a 1880: os três tipos de estratégia são encontrados ao longo dos quatro tempos, com destaque para a relativa padrão (ou com lacuna, a PDP), cuja realização é superior às demais, mas já com início de declínio em 1880 (Tempo IV); registram-se ocorrências em variação da relativa copadora (ou com pronome resumptivo, a RP) no período em estudo; a relativa cortadora apresenta registro crescente nos dados dos Tempos III e IV, justamente o período em que se define o início do português do Brasil, ao tempo em que havia o decréscimo da relativa padrão. Para Tarallo (1985), a relativa cortadora torna-se uma estratégia característica da vertente brasileira em função das mudanças pronominais que aqui ocorreram.

Outros estudos relacionados às construções relativas do português do Brasil confirmam a tendência à manutenção das duas últimas estratégias em detrimento da primeira, mesmo com pessoas de escolaridade avançada, conforme Braga, Kato e Nascimento (2009).

Inês Duarte (2011), com base em pesquisa realizada em dados do período de aquisição da linguagem, indica que tais construções também são encontradas no português europeu, mas são eliminadas pela escolaridade. Para a autora, quanto maior o nível de escolaridade, maior a produção de relativas padrão. Este último dado parece não se confirmar em relação ao português brasileiro.

A presente pesquisa, então, abrangendo três períodos – 1650 a 1656, 1700 a 1710 e 1744 a 1750, pode trazer mais contribuições acerca dessas estratégias no *corpus* específico em análise: documentos oficiais.

## A ANÁLISE DOS DADOS

Para procedermos à análise do material selecionado, foram destacadas todas as orações relativas com antecedente exposto – nome ou pronome –, conforme indicado na metodologia. Após essa etapa, foi realizada uma descrição sintática, envolvendo a identificação dos tipos de pronomes relativos e de suas funções sintáticas e as estratégias de relativização. É o que será explorado nesta seção.

### Tipos de pronome relativo

Na análise dos textos, foi feito o levantamento dos tipos de pronomes utilizados nos três períodos para identificar se havia diferença nas ocorrências ou manutenção dos mesmos pronomes nesses períodos. A síntese do que foi encontrado nos dados pode ser verificada na tabela a seguir:

Pronome	1º período (1650-1656)		2º período (1700-1710)		3º período (1744-1748)	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
QUE	196	92,5%	69	90,8%	73	89%
ONDE	7	3,3%	2	2,6%	2	2,4%
QUEM	6	2,8%	1	1,3%	-	-
CUJ_	2	0,94%	-	-	1	1,2%
QUAL	1	0,47%	4	5,3%	6	7,4%
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100%</b>	<b>76</b>	<b>100%</b>	<b>82</b>	<b>100%</b>

Tabela 1: Tipos de pronomes relativos encontrados nos três períodos em análise

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos dados da análise.

De acordo com os dados da Tabela 1, observa-se a predominância do pronome *que* sobre os outros tipos nos três períodos: 92,5%, no 1º; 90,8%, no 2º; e 89%, no 3º. Comparando-se o percentual, é possível perceber a manutenção da preferência pelo pronome *que* nos três períodos. Esse dado reforça o comentário de Câmara Jr. (1976, p. 114), que o considera “o pronome relativo primário em português”.

A análise da distribuição de pronomes produzidos por período mostra que o primeiro é o que apresenta mais diversidade de ocorrência de pronomes relativos – 5 tipos ao total: *que*, *onde*, *quem*, *qual* e *cujo*. Não foram encontradas ocorrências do pronome *cujo* no 2º período e do pronome *quem* no 3º período.

Em relação aos pronomes utilizados nos três períodos, julgamos necessário tecer algumas considerações sobre as suas características e comportamento sintático:

- **Que:** nos três períodos, esse pronome apresenta emprego diversificado, com ou sem preposição, assumindo várias funções sintáticas<sup>18</sup>. Excetuam-se apenas os casos em que o nome referido porta o traço [+humano], como o objeto indireto; mas, de acordo com Brito (1988, p. 257), o *que* “não é sensível à natureza [-humana] do SN antecedente nas relativas de SU e de OD”; ou seja, pode ocorrer com essas funções sintáticas independente do traço semântico do nome antecedente. A sua realização com diferentes funções sintáticas pode ser observada nos exemplos a seguir:

Sujeito:

(20) “e o dito Francisco da Silva Lisboa, que presente estava, disse o aceitava”

(D.v2\_p.4\_19/4/1744\_ACP)

Objeto direto<sup>19</sup>:

(21) “Bem quizera mandar a Vm. os vinte Soldados q’ me pede” (D.v3\_p.5\_2/4/1651\_

JRVS)

Complemento oblíquo<sup>20</sup>:

(22) “para que animados com esse bem, possam tolerar os males a que só o favor divino pode dar socego” (D.v3\_p.13\_21/6/1652\_JRVS)

Predicativo:

(23) “Muita he a satisfação com que fico de tudo o que Vm. me escreve”

(D.v3\_p.5\_2/4/1651\_JRVS)

Adjunto adnominal:

(24) “se me fez a petição de que com esta se vos remette a copia”

(D.v2\_p.22\_28/8/1745\_CRS)

Complemento nominal:

(25) “terem elles o trabalho de que Vm. fica livre.” (D.v3\_p.9\_5/1/1652\_JRVS)

Adjunto adverbial:

(26) “e visto seu requerimento sobre que foi ouvido o Procurador de minha fazenda.”

(D.v2\_p.13\_26/9/1744\_TAB)

É digno de nota o uso de *que* com diversos tipos de preposição, situações em que, no português contemporâneo, seria esperado o pronome *qual*, conforme os registros nos exemplos de (23) a (26).

18. Esse fato também foi identificado por Mattos e Silva (2015) em dados do português arcaico.

19. Para Brito (1988), nas funções de sujeito e objeto direto, ou seja, funções sintáticas não preposicionadas, o que comporta-se como um complementador, e não como um pronome relativo. Sugerimos leitura do texto da autora para mais informações.

20. Neste texto, optamos por diferenciar os complementos verbais preposicionados – o objeto indireto e o complemento oblíquo –, seguindo proposta de Rocha Lima (2011 [1957]) e Eugênia Duarte (2007). Desse modo, o objeto indireto é o complemento com traço de pessoa e encabeçado pela preposição *a* ou *para*, podendo ser pronominalizado em *lhe*; o complemento oblíquo, por sua vez, não apresenta restrições de traço semântico ou de preposição, mas não pode ser pronominalizado em *lhe*.

- **Onde:** o *onde* também foi encontrado nos três períodos, mas grande parte de suas realizações está no primeiro, embora muito distante do volume de *que*. Em relação ao nome referido, observa-se, nos três períodos, a distribuição complementar entre *onde* e *em que*: o primeiro é usado para se referir especificamente a um espaço geográfico (cf. exemplos em (27), (29) e (31)) e o segundo, para os nomes com outros traços semânticos, como os abstratos, tempo ou espaços físicos (não geográficos) (cf. exemplos em (28), (30) e (32)):

1º período:

(27) “Vm. se venha logo para a **Villa do Cairú** donde estará mais commodamente para isso” (D.v3\_p.63-4\_9/6/1650\_JRVS)

(28) “para tomar o conhecimento dos **casos** em que ahi se não procede com a justiça” (D.v3\_p.9\_5/1/1652\_JRVS)

2º período:

(29) “vendendo-o por excessivo preço de **conventos** aonde o têm occulto contra as minhas ordens” (D.v1\_p.30\_21/2/1707\_Rey\_J.V)

(30) “E pareceu-me ordenar que por se escusar **condições** em que sempre ha gastos” (D.v1\_p.13\_22/2/1703\_El-Rey\_P.II)

3º período:

(31) “nesta corte, e Cidade de Lisboa, nos Paços de Sua Magestade, e **Casa** onde se faz o Conselho Ultramarino” (D.v2\_p.3\_19/4/1744\_ACP)

(32) “que se viu **a vossa carta de seis de Outubro de mil setecentos quarenta e quatro**, em que daveis conta, que na frota passada me fizereis presente o grande detrimento” (D.v2\_p.24\_4/9/1745\_LM)

- **Quem:** o emprego desse pronome, nos dois períodos em que houve realização, ocorre quando o nome ao qual se refere porta o traço [+humano], como evidenciam os exemplos:

1º período:

(33) “tambem me pairesse melhor se lhe de o contrato, e nam a **Paulo Vas**, de quem nam tenho tam boas informações.” (D.v3\_p.6\_2/4/1651\_JRVS)

2º período:

(34) “com fianças seguras e abonadas na forma do Regimento, a contento do **Almoxarife**, a quem se ha se entregar e carregar em receita o preço delles” (D.v1\_p.9\_11/9/1700\_MMO)

Brito (1988), ao comparar *quem* com o *quien* do castelhano, que exhibe flexão de número, levanta a seguinte hipótese:

Hipótese sobre o relativo *quem*:

Quem é um morfema relativo com uma natureza nominal, com traços de concordância próprios de um morfema com essa natureza - traços  $\phi$  - mas que não chegam a ter **realização morfofonológica, isto é, quem tem traços** de concordância abstractos, entre eles o traço [+sing]. (BRITO, 1988, p. 250 – grifos da autora)



Seguindo a hipótese de Brito (1988), encontra-se, nos dados do século XVIII, o pronome *quem* relacionando-se com nomes no singular ou no plural. Tal fato reforça o que defende a autora, de que *quem* porta traços abstratos de concordância; ou seja, o traço de número se atualiza na realização do pronome, conforme exemplos com singular em (33) e (34) acima, e com plural em (35):

(35) “mas nam se pode por hora tirar esta jornada **aos capitaens Domingos e Antonio de azeuedo a quem SMg.<sup>de</sup> a tem encarregado**” (D.v3\_p.7\_2/4/1651\_JRVS)

- **Cujo:** o registro desse pronome (e suas flexões) aparece no primeiro e no terceiro períodos, mas com baixa quantidade: apenas 3 ocorrências no total:

1º período:

(36) “Para se tirem as duvidas sobre a venda dos generos pelo meudo, vae essa copia do assento em cuja forma se pratica nesta cidade” (D.v3\_p.10\_5/1/1652\_JRVS)

3º período:

(37) “se me fez a petição cuja copia com esta se vos remette assignada pelo Secretario do meu Conselho Ultramarino” (D.v2\_p.34\_1/4/1746\_TAB)

No terceiro período, entretanto, foi observada uma concorrência entre “de que” e “cujo” na função de adjunto adnominal. Dos seis dados encontrados com “de que”, em três deles, havia a possibilidade de se usar o pronome “cujo”, registrados nos exemplos em (38) a (40):

(38) “e por firmeza de tudo, mandaram fazer **este contracto** no livro delles, em que todos assignaram com o dito Francisco da Silva Lisboa, de que se lhe deu uma copia assignada”<sup>21</sup> (D.v2\_p.4\_19/4/1744\_ACP)

(39) “se me fez a petição de que com esta se vos remette a copia”<sup>22</sup> (D.v2\_p.22\_28/8/1745\_CRS)

(40) “por parte de Miguel das Aguias Cordeiro se me fez a petição de que com esta se vos remette a copia”<sup>23</sup> (D.v2\_p.65\_13/10/1747\_CRS)

- **Qual:** em relação ao uso desse pronome, é interessante ressaltar o aumento em suas ocorrências quando se comparam os registros entre os períodos. Nos dois primeiros, o emprego de “qual” (e variações morfológicas) ocorre, em sua maioria, repositivo:

1º período:

(41) “Quanto a **esta** me parece mui justo que VMs. a façam á qual darei o despacho que mais convier” (D.v3\_p.208\_30/5/1654\_JA)

2º período:

(42) “e juntamente por se achar nessa provedoria registada uma de 22 de Fevereiro de 1703 pela qual fui servido mandar aplicar as obras desse Almojarifado” (D.v1\_p.31\_17/9/1709\_Rey\_J.V)

21. (Construção esperada: cuja cópia assinada se lhe deu)

22. (Construção esperada: cuja cópia se vos remete com esta)

23. (cuja cópia se vos remete com esta)

3º período:

(43) “vindo do Cuyabá contra José Alvares da Silva contractador dos dizimos daquellas Minas, o qual por certidão do official, que fôra a requerel-o pela quantia na mesma precatória mencionada constava que do Rio de Janeiro embarcara para este Reino” (D.v2\_p.25\_4/9/1745\_LM)

A construção do exemplo em (44), a seguir, chama a atenção devido à posição do pronome “a qual”:

(44) “que tudo faz **a quantia de um conto de reis** ficando o mais que se lhe resta para o remetteres quando houver dinheiro nesse Almojarifado, a qual quantia remetteu o Almojarife da fazenda do Rio.” (D.v2\_p.20\_26/4/1745\_TAB)

Exemplos desse tipo também foram encontrados por Lucchesi (1990) em uma análise sobre um texto do século XV – *Fabulário Português*<sup>24</sup> –:

(45) “O cam maliçioso pressemtou testemunhas per diante o dicto corregedor, as quaaes eram falsas e de maa fama, -8- o minhoto, a abúter e o lobo. As quaaes testemunhas depois que foram examinadas, visto ho dizer dellas, foy dada a semtença comtra o carneyro” (*Fabulário Português*, IV, p. 9 apud LUCCHESI, 1990, p.181)

Lucchesi (1990, p. 181) considera que, em (45), “é muito difícil não interpretar o pronome destacado como um demonstrativo, ou seja, como ‘essas testemunhas’”. E defende que o pronome *o qual*, por funcionar como um demonstrativo no português arcaico, ocupa, portanto, a mesma posição dentro do sintagma nominal, sendo um especificador do nome. Além disso, o autor levanta a hipótese de que, mesmo na ausência do nome, o pronome relativo *o qual* continua na posição de especificador, configurando um núcleo vazio no sintagma nominal.

Em relação ao exemplo em (44), considerando-se a época em que foi produzido – meados do século XVIII – e, portanto, distante do português do século XV, acredita-se que essa construção seja uma reminiscência deste período, visto que foi encontrado somente um dado desse tipo. Pode também ter sido uma estratégia para recuperar a referência do pronome, em função da distância do nome referido. Mattos e Silva (2015), entretanto, ressalta que tais construções persistem no português contemporâneo jurídico. Pode-se defender, então, que a ocorrência de alguns pronomes relativos esteja restrita ou ampliada a depender do gênero textual. No caso desta pesquisa, em função do gênero documentos oficiais, talvez haja contenção nesse uso. Seria necessário comparar as ocorrências em diferentes gêneros textuais.

Em suma, após análise dos tipos de pronomes relativos nos três períodos, é possível afirmar que eles se mantêm no percurso histórico da língua portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, com destaque para o pronome relativo *que*, com maior volume de ocorrências, confirmando o consenso nos estudos de que esse é o pronome relativo universal da língua (cf. MATTOS E SILVA, 2015).

24. Citando Lucchesi (1990, p. 175), o texto *Fabulário Português* é “um manuscrito datado do século XV, editado pelo Dr. Leite de Vasconcelos e publicado na Revista Lusitana, Vol. VIII, de 1906”.

Uma ressalva: o fato de não se encontrar realização de *cuj\_*, no segundo período, ou de *quem*, no terceiro, não se configura como desaparecimento desses pronomes, visto que *cuj\_* foi realizado no terceiro período e *quem* é largamente utilizado no português contemporâneo. Outro fato a ser registrado é a ausência de realização de *como* ou *quando* funcionando como pronome relativo nos três períodos. A falta de registro desses pronomes nesses períodos pode ser imputada à falta de oportunidade de encontrarmos suas realizações no tipo de texto analisado, o que reforça a ideia da relação entre as ocorrências dos pronomes relativos e o gênero textual.

## Funções sintáticas dos pronomes relativos encontrados nos textos

Na análise do material, foi feito o levantamento dos tipos de funções sintáticas assinaladas aos pronomes relativos. Essa identificação será distribuída pelos três períodos em estudo, conforme exibido na Tabela 2.

Funções	1º período 1650-1656		2º período 1700-1710		3º período 1744-1749	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
SU	89	41,8%	31	40,8%	24	29,3%
OD	61	28,6%	21	27,6%	24	29,3%
ADJ ADV	40	18,8%	19	25%	24	29,3%
CO	10	4,7%	3	4%	3	3,6%
ADN	2	0,94%	1	1,3%	6	7,3%
OI	7	3,3%	1	1,3%	-	-
CN	3	1,4%	-	-	-	-
PREDICATIVO	1	0,46%	-	-	-	-
AG PAS	-	-	-	-	1	1,2%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>	<b>76</b>	<b>100%</b>	<b>82</b>	<b>100%</b>

Tabela 2: Funções sintáticas dos pronomes relativos nos três períodos

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir da análise dos dados.

De modo geral, foram encontrados pronomes relativos envolvidos em nove tipos de funções sintáticas, quais sejam: sujeito (SU), objeto direto (OD), Adjunto Adverbial (ADJ ADV), complemento oblíquo (CO), objeto indireto (OI), complemento nominal (CN), adjunto adnominal (ADN), predicativo e agente da passiva (AG PAS), conforme exemplos a seguir, compreendendo os três períodos:

Sujeito:

(46) “pois se faz tão importante para a defesa daquella dita Praça de Santos, porto principal, e que defende todas estas Capitánias.” (D.v1\_p.34\_31/7/1710\_MP)

Objeto direto:

(47) “a cumprirdes a ordem que recebestes do Governador do Rio de Janeiro” (D.v1\_p.31\_17/9/1709\_Rey\_J.V)

Adjunto adverbial:

(48) “Remettendo-me certidão pela Provedoria-mor, do preço por que ultimamente se fez a dita arrematação” (D.v1\_p.9\_11/9/1700\_MMO)

Complemento oblíquo:

(49) “e quartéis dos soldados a que primeiro se deve acudir” (D.v1\_p.16\_21/1/1704\_EI-Rey\_P.II)

Adjunto adnominal:

(50) “e sendo que vossa mercê tenha impossibilidade para o fazer assim, poder eu dar os meios, de que não possa haver o referido descaminho” (D.v2\_p.89\_10/1/1749\_GFA)

Objeto indireto:

(51) “será com esta para Luis da Silva a quem se ordena que faça descer quatrocentos Indios.” (D.v3\_p.246\_6/12/1654\_BVR)

Complemento nominal:

(52) “tambem me pairesse melhor se lhe de o contrato, e nam aPaulo Vas, de quem nam tenho tam boas informações.” (D.v3\_p.7\_2/4/1651\_JRVS)

Predicativo:

(53) “Muita he a satisfação com que fico de tudo o que Vm. me escreve” (D.v3\_p.5\_2/4/1651\_JRVS)

Agente da passiva:

(54) “appareceu Francisco da Silva Lisboa, pelo qual foi dito fazia lanço (como effeito fez) no Contracto das Passagens antigas de Santos e São Paulo” (D.v2\_p.3\_19/4/1744\_ACP)

Em termos gerais, é possível, a partir dos dados da Tabela 2, levantar as seguintes considerações: *i*) nos três períodos, mantém-se a preferência pela relativização de três funções sintáticas: sujeito, objeto direto e adjunto adverbial, nessa ordem. Mas, supostamente, parece ter havido, ao longo do tempo, uma aproximação na quantidade de realização de pronome relativo nessas três funções, como mostram os dados do terceiro período, deixando o sujeito de ser o líder; *ii*) além dessas três, duas funções sintáticas são constantes – complemento oblíquo e adjunto adnominal, mesmo com baixa quantidade; *iii*) o objeto indireto foi realizado no primeiro e segundo período, mas não no terceiro; *iv*) o complemento nominal e o predicativo apresentam ocorrências somente no primeiro período; *v*) o agente da passiva ocorreu apenas no terceiro período.

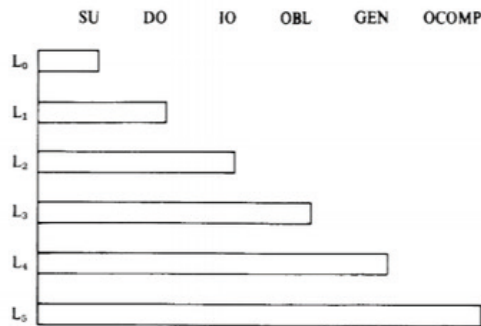
Aplicando a Hierarquia de Acessibilidade proposta por Comrie e Keenan (1979) aos dados encontrados, tem-se que a língua portuguesa, nos períodos analisados, está em conformidade com essa hierarquia, mas com ordem diferenciada nas funções preposicionadas. De acordo com os autores,

O objetivo primário de NPA (*Noun Phrase Accessibility*) foi apresentar uma generalização simples da linguagem humana: principalmente, que a acessibilidade para a formação de uma oração relativa de certos sintagmas nominais ocorre da seguinte forma:

(1) Hierarquia de Acessibilidade:

SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP<sup>25</sup> (KEENAN; COMRIE, 1979, p. 650)

A ideia é de que existe uma hierarquia nas funções sintáticas que podem passar pelo processo de relativização. A ordem começaria pelo sujeito, a função mais universal de todas, seguindo uma sequência de não preposicionado a preposicionado, a depender da função sintática. Como se pode ver na hierarquia acima, o objeto indireto é uma posição mais baixa do que o objeto direto. Sob essa perspectiva, uma língua que pode relativizar a função de objeto indireto, pode também relativizar as funções acima; mas não o contrário. Não haveria possibilidade de uma língua relativizar, por exemplo, o objeto indireto e não relativizar o sujeito. É o que os autores apresentam no quadro a seguir:



**Quadro 4:** Relação da ordem da relativização das funções sintáticas nas línguas

Fonte: Quadro retirado de Keenan e Comrie (1979, p. 651)

Os autores interpretam esse quadro da seguinte forma: L<sub>0</sub> é o conjunto de todas as línguas humanas e todas elas podem relativizar o sujeito. L<sub>1</sub> é um subconjunto próprio de L<sub>0</sub>, o que significa que algumas línguas humanas podem relativizar tanto o sujeito quanto o objeto direto; em sequência, só um subconjunto pode também relativizar objeto indireto; e assim por diante.

Nos dados analisados, a ordem da hierarquia observada na língua portuguesa nos períodos em análise – 2ª metade do século XVII e século XVIII – está, em parte, condizente com a proposta desses autores, quando se trata das funções de sujeito e objeto. De fato, essas são as duas funções que aparecem em consonância com a hierarquia proposta. No entanto, o terceiro lugar é ocupado pelo adjunto adverbial, seguido do complemento oblíquo, adjunto adnominal e, depois, o objeto indireto. Por outro lado, numa perspectiva

25. The primary aim of NPA was to present a single generalization of human language: namely, that the accessibility to RC-formation of certain NP's is given by the following: ACCESSIBILITY HIERARCHY (AH) SU > DO > IO > OBL > GEN > OCOMP (KEENAN; COMRIE, 1979, p. 650)

mais ampla, podemos interpretar que a proposta dos autores não trata de uma ordem prevista de relativização em uma língua, mas de possibilidade de relativização. Sendo assim, a língua portuguesa nos períodos em análise atende à hierarquia proposta porque apresenta todas as funções sintáticas com possibilidade de relativização.

Desse modo, seguindo a ideia dos autores, se a língua permite, por exemplo, relativização de um adjunto adnominal (GEN), vai produzir também relativização das funções mais altas, como sujeito, objeto direto, objeto indireto e complemento oblíquo, o que de fato pode ser constatado nos dados analisados. Não encontrar uma realização de uma função relativizada, como, por exemplo, a de objeto indireto no terceiro período, não significa dizer que a língua não produz a relativização, mas que os documentos analisados não foram suficientes para cobrir os dados da produção linguística no período.

### Estratégias de relativização

Em relação às estratégias de relativização, os dados analisados mostram que não há diferença entre os três períodos no que se refere às relativas padrão, ou com movimento. Em todos eles, esse tipo de construção estava presente em grande quantidade, mas não se pode dizer a mesma coisa em relação às outras estratégias, embora existentes. É o que se verifica na Tabela 3:

	1º período (1650-1656)		2º período (1700-1710)		3º período (1744-1748)	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%
Estratégia Relativa padrão						
Com lacuna (SU e OD)	149	70,3%	52	68,4%	44	53,7%
Movimento do sintagma preposicionado	62	29,2%	23	30,3%	38	46,3%
Relativa copiadora	-	-	1	1,3%	-	-
Relativa cortadora	01	0,5%	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>100%</b>	<b>76</b>	<b>100%</b>	<b>82</b>	<b>100%</b>

**Tabela 3:** Estratégias de relativização nos dados

Fonte: Tabela criada pela autora do texto

Os dados na Tabela 3 refletem os resultados verificados nas funções sintáticas: as relativas com lacunas (ou a padrão) relacionadas às funções de sujeito e de objeto direto são totalmente predominantes, seguidas das outras funções preposicionadas, inclusive com movimento da preposição. Exemplos da relativa padrão com esse movimento encontram-se a seguir:

1º período:

(55) “e que tão apertadamente encarrega a VM. pelo zelo e actividade com que VM. costuma obrar tudo.” (D.v3\_p.299\_30/11/1655\_BVR)

2º período:

(56) “a necessidade que tem essa praça de casa de Alfandega, e Armazem para a polvora a que se deviam applicar os rendimentos que ja hoje havia.” (D.v1\_p.16\_21/1/1704\_EI-Rey\_P.II)

3º período:

(57) “e sendo que vossa mercê tenha impossibilidade para o fazer assim, poder eu dar os meios, de que não possa haver o referido descaminho” (D.v2\_p.89\_10/1/1749\_GFA)

Quanto a construções especiais, foram encontradas algumas com uma característica diferente das atuais na língua: o pronome relativo aparece sem preposição num contexto em que esta é esperada:

1º período:

(58) “**Sobre os engenhos que Vm. me fala**” (D.v3\_p.10\_5/1/1652\_JRVS)

(59) “Vejo o que Vm. me diz acerca da repugnancia dos mesmos administradores sobre o darem o dinheiro dos Vinhos para a Infanteria **na forma que Vm. lhe pediu**” (D.v3\_p.10\_5/1/1652\_JRVS)

2º período:

(60) “**de todo o tempo que nelas têm assistido**” (D.v1\_p.31\_6/2/1709\_Rey\_J.V)

3º período:

(61) “pedindo-me fosse servido mandar que fosse pago dos soldos de capitão por inteiro, **na mesma forma que se observa com os mais entretidos dessa Praça e da do Rio de Janeiro**” (D.v2\_p.55\_14/4/1747\_PAB)

(62) “fazendo o pagamento do dito ordenado **de todo o tempo que o supplicante serviu o dito officio**” (D.v2\_p.66\_13/10/1747\_CRS)

Os exemplos em (58) a (62), nos três períodos, seriam contextos prováveis de os pronomes relativos serem encabeçados por preposição. Pelo menos é o que se observa no português atual. Pode-se supor que, nesses períodos, não havia a possibilidade de o pronome relativo ser preposicionado se o nome antecedente o fosse. Os exemplos a seguir, entretanto, contrariam essa suposição, visto que tanto os nomes antecedentes quanto os pronomes relativos estão preposicionados:

1º período:

(63) “VM. a acabe **com Toda a prudencia com q’ Vm. tem procedido nas summa breuidade**” (D.v3\_p.6\_2/4/1651\_JRVS)

2º período:

(64) “Viu-se a vossa carta de 15 de Maio do anno passado em que daes conta **do preço por que se arrematou o contracto dos dizimos**” (D.v1\_p.13\_22/2/1703\_EI-Rey\_P.II)

3º período:

(65) “quando elles os principiou a pedir **pele requerimento a que eu lhe deferi na forma da provisão**” (D.v2\_p.66\_13/10/1747\_CRS)

Com essa informação, as construções em (58) a (62) poderiam ser consideradas como relativas cortadoras por não estarem encabeçadas por preposição. Mas, por cautela e por não haver informações mais profundas, essas construções não foram inseridas como relativas cortadoras na Tabela 3. Essa dúvida não existe em relação à construção em (66), que, de fato, é uma relativa cortadora:

(66) “Vm. o faça dar com effeito a sua deuida execuçam: & com essa cobrança se ficará alimentando, com menos oppressam do pouo esse prezidio, q’ Vm. procurará acrescentar por todos os meynos possíveis. parcialidades dos capitaens Antonio do Canto & Manuel de Almeyda do Canto” (D.v3\_p.7\_2/4/1651\_JRVS)

De acordo com a análise, o pronome relativo em (66) deveria estar encabeçado por uma preposição porque é um complemento oblíquo. Considerando-se as funções sintáticas ao redor do verbo *acrescentar*, que é bitransitivo, encontram-se: o sujeito: *Vm.*; o objeto direto: *parcialidades dos capitaens*; e o adjunto adverbial: *por todos os meynos possíveis*. A única função sintática disponível para o pronome relativo *q’* é justamente a de complemento oblíquo, que é uma função preposicionada. A leitura completa para essa construção seria, incluindo-se o sintagma nominal antecedente: *Vm. procurará acrescentar por todos os meynos possíveis parcialidades dos capitaens ao* presídio (ou **no** presídio). Com o pronome relativo preposicionado, a construção seria assim: (*esse prezidio*) **em / a** que *Vm. procurará acrescentar por todos os meynos possíveis parcialidades dos capitaens*.

Seguindo essa análise, foi encontrada, então, uma relativa cortadora, porque o complemento oblíquo realizado no pronome relativo não está preposicionado. Essa construção foi produzida na segunda metade do século XVII, portanto antes da primeira encontrada por Tarallo (1985).

Além disso, é necessário salientar que esse dado foi produzido por uma pessoa portuguesa, que trabalhou na administração pública do Brasil Colônia: Conde de Castelo Melhor (ou João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa). Ele nasceu em Portugal, em 1593 e foi o Governador Geral do Brasil no período de 1650 a 1654. Morreu em 1658, em Portugal.

Com esse dado, a relativa cortadora na língua portuguesa é muito mais antiga do que se tem visto até agora.

Quanto ao exemplo em (67), é um caso de relativa copiadora, com um pronome resumptivo:

(67) “remetta uns pinhões tirados das pinhas sem fogo por serem para se semear em no Reyno dos quaes irá parte delles em frascos de vidro” (D.v1\_p.17\_11/6/1704\_FL)

Apesar de haver movimento da preposição *e*, portanto, semelhança com uma relativa padrão, existe nessa construção um pronome resumptivo justamente na lacuna dentro da oração, relacionada ao lugar do movimento do sintagma preposicionado. De fato, o sintagma que preenche a lacuna é a cópia do que foi movido, mas com um pronome.



Se fosse uma relativa padrão, a construção seria assim: “dos quae<sub>i</sub> irá parte (Æ<sub>i</sub>) em frascos de vidro”. A inserção de um pronome, mesmo que preposicionado, constitui um exemplo da relativa copiadora – com um pronome resumptivo – proposta por Tarallo (1985). Há, contudo, uma diferença em relação aos exemplos apresentados por esse autor: além do pronome, a construção também tem uma cópia da preposição.

Considerando que os exemplos em (66) e (67) foram produzidos em um contexto formal de escrita, supõe-se que havia mais ocorrências de relativas cortadoras e copiadoras no período analisado na oralidade. De qualquer forma, os resultados encontrados reforçam os achados de Tarallo (1985): as relativas padrão e copiadora fazem parte das estratégias de relativização da língua portuguesa desde séculos passados. E, de acordo com os dados aqui analisados, pode-se dizer que também a relativa cortadora é parte dessas estratégias. Não é uma inovação do português brasileiro porque foi encontrada em dados de pessoa portuguesa nascida no século XVI. Concorde-se, no entanto, com Tarallo (1985) que esse tipo de estratégia ganhou força no português brasileiro em função das mudanças sintáticas ocorridas em outras áreas da língua, em consonância com os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados sobre as orações relativas nos períodos destacados – 1650 a 1656, 1700 a 1710 e 1744 a 1748 – mostra as características sintáticas, incluindo os tipos encontrados de pronomes relativos, as suas funções sintáticas e as estratégias de relativização. Em termos gerais, podemos afirmar que foram encontrados pronomes relativos distribuídos em todas as funções sintáticas, mas com diferenças entre os períodos, inclusive em relação ao tipo de pronome usado. Em cada seção, foi feita reflexão pertinente aos dados encontrados.

Em relação às estratégias de relativização, predominam as construções com deslocamento à esquerda, inclusive do sintagma preposicional – o *pied-piping* –. Foram encontradas, no entanto, duas construções semelhantes às descritas por Tarallo (1985): uma relativa cortadora, na segunda metade do século XVII, e uma relativa copiadora, no início do século XVIII. Esses dados podem indicar que talvez a origem dessas construções esteja justamente em algum passado da língua portuguesa.

As hipóteses foram em parte confirmadas porque encontrar uma construção da relativa cortadora em dados do século XVII pode, por um lado, fortalecer a proposta de Castilho (2003), de que o português brasileiro deriva-se de construções do século XV; por outro lado, esse achado pode também corroborar com a ideia de Inês Duarte (2011), de que as três estratégias fazem parte da língua portuguesa, e não são específicas do português brasileiro. É necessário haver mais levantamento de dados sobre esse assunto em tempos mais antigos.

Este estudo, ao cumprir os objetivos para os quais se propôs, contribui para a discussão da história da língua portuguesa não só em relação à periodização, acrescentando-se aos estudos já existentes, mas também por trazer outros fatos sintáticos que podem ser considerados nessa periodização e caracterização da língua.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional. *Documentos Históricos*. Provedoria da Fazenda de Santos: I. leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reais; II. Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real. 1744-1788. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C, 1928. Coleção N. 445. v. II.

ARQUIVO Nacional. *Documentos Históricos*. Provedoria da Fazenda Real de Santos: leis, provisões, alvarás – cartas e ordens reais -. 1689-1744. Rio de Janeiro: Braggio & Reis, 1928. Coleção N. 445. v. I.

BIBLIOTHECA Nacional. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto. 1648-1661. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C, 1928. v. III da série e I dos Documentos da Bibliotheca Nacional.

BRAGA, Maria Luiza; KATO, Mary A.; MIOTO, Carlos. As construções-Q no português brasileiro falado. KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do. (Org.) *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Coord. Geral Ataliba T. de Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. v. 3. p. 241-289.

BRITO, Ana Maria B. de. *A sintaxe das orações relativas em português*. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. Porto, 1988. Linguística Portuguesa.

BRITO, Ana Maria B. de; DUARTE, Inês. Orações relativas e construções aparentadas. In: MIRA MATEUS et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003. p. 653-694.

CÂMARA Jr., Joaquim M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CARDOSO, Adriana. Extraposição de orações relativas: uma abordagem comparativa entre o português antigo e o português actual. *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, p. 169-184, 2009.

CHOMSKY, N. The language capacity: architecture and evolution. *Psychon Bull Rev* 24, p. 200–203, 2017. <https://doi.org/10.3758/s13423-016-1078-6>

CHOMSKY, Noam. On wh-movement. In: CULLICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (Org.) *Formal Syntax*. New York: Academic Press, 1977. p. 71-132.

COMRIE, Bernard; KEENAN, Edward L. Noun Phrase Accessibility Revisited. In: *Language*, Linguistic Society of America, v. 55, n. 3, p. 649-664, set/1979.

DUARTE, Inês. Modo oral e modo escrito, estruturas sintáticas de desenvolvimento tardio e escolarização. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. *Língua Portuguesa: descrição e ensino*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 15-30.

DUARTE, Maria Eugênia. Termos da Oração. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12.ed., 1. reimp., São Paulo: Editora da USP, 2006.

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The change in the position of the verb in the history of Portuguese: subject realization, clitic placement, and prosody. In: *Language*, v. 93, n. 3, p. 152-180, 2017.

KAYNE, Richard. *The antisymmetry of syntax*. MIT, 1994. Linguistic Inquiry. Monograph Twenty-five.

KAYNE, Richard. A note on some even more unusual relative clauses, New York University, dez/2015.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. 1ª edição em 1957.

LUCCHESI, Dante. Considerações sobre a análise das relativas no português contemporâneo e algumas incursões na história dessas estruturas. In: Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, 1991, Porto – Portugal. *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, p. 175-193, 1990.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia de. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RIBEIRO, Ilza. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 185-208.

TARALLO, Fernando. The filling of the gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese. In: KING, Larry D.; MALEY, Catherine A. (Ed.) *Selected papers from the XIII<sup>th</sup> Linguistic Symposium on Romance Languages*, Amsterdam: John Benjamins, p. 354-375, 1985.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

VRIES, Mark de. Patterns of relative clauses. In: *Linguistics in Netherlands*, v. 18, n. 1, p. 231-243, jan/2021.

VRIES, Mark de. *The syntax of relativization*. Amsterdã: LOT, 2002.